

# PRÁTICAS DE LEITURA E MEDIAÇÃO DIDÁTICA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES PROFICIENTES

Handherson Leylton Costa Damasceno<sup>1</sup>

Joelson Alves Onofre<sup>2</sup>

Adriany Thatcher Castro Soares<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo, de cunho bibliográfico, objetiva discutir no âmbito das práticas de leitura e mediação didática a importância da formação de leitores proficientes. Nesse sentido, problematiza a questão da prática pedagógica referente ao ensino da leitura e da escrita, assim como reflete acerca das possibilidades de ampliação do repertório leitor de crianças e jovens a partir da consciência leitora. As considerações ancoradas em autores como Soares (2003), Ferreiro (1995) e Freire (1982) apontam para a compreensão do uso da linguagem como poderoso instrumento que potencializa a inserção dos sujeitos no universo letrado, bem como os capacita para o exercício da aprendizagem e da cidadania.

**Palavras-chave:** Práticas de leitura. Mediação didática. Leitores proficientes.

## PRACTICES OF READING AND DIDACTIC MEDIATION FOR THE FORMATION OF PROFICIENT READER

### ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of the training of proficient readers in the scope of reading and didactic mediation practices. In this sense, it problematizes the question of pedagogical practice regarding the teaching of reading and writing, as well as reflecting on the possibilities of expanding the reading repertoire of children and young people from the reading conscience. The considerations anchored in authors such as Soares (2003), Ferreiro (1995) and Freire (1982) point to the understanding of language use as a powerful tool that enhances the insertion of subjects in the literate universe, as well as enables them to exercise learning and of citizenship.

**Key words:** Reading practices. Didactic mediation. Proficient readers.

Recebido em 26 de setembro de 2018. Aprovado em 24 de novembro de 2018.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia (UEFS). Mestre em Educação (UFBA) e Doutorando em Educação (UFBA). E-mail: handhersondamasceno@gmail.com

<sup>2</sup> Licenciado em Pedagogia (Claretianos), Licenciado em Filosofia (UESC), Mestre em Educação (UFBA). E-mail: jaonofrecp@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia (UNEB), Especialista em Educação Especial (FAAC), Mestre em Educação (UFBA). E-mail: adrianythatcher@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Embora a defesa pela alfabetização seja um coro uníssono da sociedade, as taxas de analfabetismo ainda causam considerável espanto: os dados do IBGE (2010) apontam que 14 milhões de brasileiros são analfabetos absolutos, o que corresponde a 9% da população acima de 10 anos e 60 milhões são analfabetos funcionais (36% da população). Considerando estes números, a média geral sinaliza gritantes 74 milhões de brasileiros que ainda necessitam estar imersos num processo qualificado de alfabetização, com qualidade técnica, reflexiva e crítica.

Isto posto, para este trabalho, concebemos a alfabetização numa perspectiva freireana, pautada no modelo sociocultural e comunicativo, ou seja, a relação íntima entre a leitura de mundo e a leitura da palavra (FREIRE, 1982). Assim, a alfabetização está ligada ao conjunto de habilidades técnicas para a leitura e escrita e às práticas de escrita que circundam uma aprendizagem escolar, daí a importância de se oferecer potentes condições didáticas para garantir indivíduos plenamente alfabetizados.

Pertinente, outrossim, é investir em vivências nas quais o letramento também faça parte desses contextos educativos. Para tanto, nos aproximamos do significado do fenômeno “letramento” ao atribuído por Magda Soares (2003), como sendo o fruto da ação de ensinar e aprender práticas e comportamentos sociais de leitura e escrita. Portanto, aprender a ler e escrever enquanto técnicas já não garantem o pleno exercício nos eventos comunicacionais. É preciso que se oportunize aos estudantes as competências para usar a leitura e a escrita em eventos sociais, ou seja, em contextos práticos, vivos e reais de uso efetivo da língua.

Neste sentido, o trabalho de alfabetização tem sido foco de inúmeras indagações, sobretudo no que concerne ao trabalho do professor. Nesse contexto, se tem discutido acerca do real caráter da mediação didática, bem como sobre formação docente sob vertentes outras: postura, situações experienciadas, sonhos, crenças e utopias do profissional professor.

Nos limiares da contemporaneidade, mesmo em face das transformações visíveis em todas as esferas sociais, políticas e, conseqüentemente, educacionais, o ensino de Língua Portuguesa tem suscitado inúmeras discussões, considerando-se que, de um modo geral, esteve focado, basicamente, nos aspectos descritivos da gramática tradicional. Embora não se descarte a importância do ensino de LP em sua dimensão gramatical, os estudos têm apontado uma preocupação com o ensino da língua materna considerando aspectos culturais e saberes outros que os estudantes apresentam quando mantem contato com a língua portuguesa.

Apesar de toda a inovação feita ao ensino de Língua Portuguesa, ao processo de alfabetização e da mediação didática, ainda existe um modelo conservador que não perdeu a sua força; pelo contrário, impõe-se, ainda, pelo discurso autoritário em favor de um ideal de língua portuguesa, muitas vezes, legitimado pelos manuais didáticos e pelos documentos oficiais. Esse modelo conservador, que ratifica um ideal de língua uniforme, ignora a complexidade lingüística, de fato, do nosso país e em nada contribui para a formação de leitores proficientes.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 53):

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modeladoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria prima para a escrita: o que escrever. Por outro lado, contribui para a constituição de modelos: como escrever.

É notório que em algumas práticas pedagógicas, o professor supervaloriza a gramática em detrimento da leitura e essa última vem sendo deixada de lado, priorizada somente com o cunho didático, resumida apenas a fins pedagógicos. Daí a repulsa que a maioria dos alunos sente quando veem um livro, afinal, têm ciência das atividades que deverá fazer ao término daquela leitura: fichamentos, resumos, responder a questões de interpretação; enfim, uma gama de atividades desconexas com a sua real prioridade e objetivos. Por outro lado, nunca se discutiu tanto acerca da imprescindível importância da leitura para o mundo atual: no ambiente escolar, em seminários sobre educação, em conversas com professores. Todos preocupados e cientes da gritante crise da leitura no contexto escolar.

Com o advento da globalização, sobretudo das novas tecnologias da comunicação e informação, urge, pois, a necessidade de o homem estar apto a utilizar uma gama de instrumentos que proporcionem a aquisição de conhecimentos para si mesmo. E é nesse momento que as habilidades da leitura são acionadas, de modo que possibilite ao educando a conquista de sua autonomia intelectual. Foucambert (1994, p. 05) diz que: “Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é”. Dessa forma, a prática da leitura transcende tão-somente à mecanização de juntar signos linguísticos para formar sons. É importante, pois, utilizar todo um conjunto de saberes que possibilitarão que o leitor compreenda aquilo que lê e extrapolar o significado de leitura numa perspectiva associacionista, como uma prática de sonorizar a escrita (BARBOSA, 1990, p.70). Tal discussão se remete, novamente, a Foucambert (1999, p. 05), quando afirma que “jamais se chega ao significado de um texto pela soma dos sentidos das sucessivas palavras que o compõem”.

Importante, também, é atualizar o próprio sentido que ler e escrever assumem. Considerando, portanto, o tempo histórico em que estão inseridas as especificidades do leitor, os suportes de leitura e a cultura em questão. Assim, não basta somente ler, no sentido de decodificar palavras, mas compreender, interpretar e posicionar-se criticamente. Nesse contexto, no artigo defendemos a ideia de que as práticas da leitura e escrita no contexto atual abarcam toda uma profusão de construção de sentidos e significados possíveis, uma vez que são forjadas “com a potência que comporta o discurso democrático em sua gênese”, conforme afirma Couto et al (2009, p. 112) e que variam conforme o contato dos indivíduos com as formas de comunicação, a partir dos mais diversos suportes textuais e situações de comunicação em que se apresentam.

De toda sorte, compete à escola a tarefa de trabalhar a leitura de uma forma eficaz, contribuindo para a formação de leitores capazes de interagir com/no texto. Por outro lado, observa-se a complexidade de tal processo, porque inicialmente se trabalha com crianças ingressas no mundo letrado escolar. Sendo assim, requer uma compreensão de como ocorre tal aquisição, uma vez que, ao ingressar na escola, já traz consigo uma bagagem cultural, desse modo, esse arcabouço cultural é um convite ao exercício da aceitação, sobretudo da cidadania e respeito, uma vez que:

enquanto atitude diante de todas as formas de expressão [...] não se dissocia das dimensões éticas e políticas da educação, não convive com a exclusão, a intolerância e a intransigência; quer promover a crítica à vulgarização da pessoa, às formas estereotipadas e reducionistas de expressar a realidade, às manifestações que banalizam os afetos e brutalizam as relações pessoais (BRASIL, 2004, p. 56).

Logo, dentre as inúmeras atitudes procedentes da instituição escolar, uma das atitudes, além da valorização e respeito do saber que o educando possui, é utilizá-lo como instrumento pedagógico, eficiente para o avanço das habilidades da leitura como salienta Ferreiro (1993, p.

51):

O fato de que a aquisição de uma nova informação, que se dá aprendizagem significativa, é um processo que depende principalmente das idéias relevantes que o sujeito já possui, e se produz através da interação entre a nova informação e as idéias relevantes já existentes na estrutura cognitiva.

De tal forma, percebe-se que o processo de leitura não provém somente da memorização, é sim um conhecimento de natureza conceitual; precisa compreender não só a sua representação, mas sua função social; deve compreender as várias nuances e funcionalidades da leitura: Ler por ler, por prazer, para se informar, para criticar, estabelecer relações, para estudar, para entender algo, para escrever de maneira mais autônoma, para conversar, dentre outros. Enfim, o aluno deve ler, na escola, com objetivos similares àqueles com que se lê fora da escola. Nesse sentido, é função do professor criar situações propícias para que o aluno desenvolva as suas leituras a partir de práticas significativas e socialmente relevantes. A prática da leitura deve ser concebida de modo articulado e situar-se nas ações cotidianas em que as práticas da cultura escolar se inserem e está associada ao desejo e/ou à necessidade do aluno. A leitura precisa ser prazerosa, atendendo às necessidades aos interesses de quem lê. A responsabilidade em relação aos materiais que serão lidos deve ser compartilhada; então, as listas de livros para leitura devem ser construídas coletivamente, evitando-se o texto único, para todos.

Dessa maneira, o princípio da autonomia é atendido, ou seja, o aluno tem o direito a dizer o que quer ler e como, mas o professor também indica, propõe o que considera relevante no desenvolvimento do projeto de cada aluno, porque se pressupõe ter maior domínio dos diferentes gêneros textuais. No entanto, o que ocorre não é assim, tendo em vista que muitas práticas pedagógicas têm sido autoritárias, nas quais o professor se reveste de um poder e autoridades inquestionáveis, cujas palavras têm de ser seguidas tal qual leis sagradas. Nesse sentido, consideramos que na mediação didática o papel do professor é o de facilitador da aprendizagem. Tais práticas inviabilizam a construção de sujeitos autônomos, bem como de leitores proficientes, visto que, como somente lêem – e é sabido que sem vontade –, a literatura ditada pelo professor, são incapazes de se constituírem enquanto sujeitos ativos do seu processo de leitura. E como são criadas as identidades desses leitores, uma vez que lhes é negado o direito à voz?

Sabe-se que cada indivíduo é uno: dotado de particularidades, experiências de vida, dificuldades, desejos e posturas, pertencentes ao seu mundo singular. Mesmo em face da diversidade cultural à qual são expostos, os alunos têm desejos que se o professor souber utilizar, aparece como um fator motivacional para a potencialização da aprendizagem. Os desafios e as complexidades situacionais devem ser provocados pelo professor, enquanto mediador, conforme a necessidade do mediado, procurando encorajá-lo à curiosidade intelectual, promovendo originalidade e criatividade, propondo atividades não-convencionais (como as listas, os fichamentos, os resumos, etc.), estimulando-o ao envolvimento e à superação de obstáculos, incentivando-o e conscientizando-o de seu potencial.

Torna-se necessário, então, que professores e estudantes participem de um programa que vise à ampliação cognitiva e ao aumento de saberes, facilitando a compreensão do mundo e o desenvolvimento da curiosidade intelectual; estimule o senso crítico e a autonomia para discernir, tornando-os – professores e estudantes – mais aptos a assimilar mudanças e a desenvolver a competência relacional, considerando-se a multiplicidade de aspectos que possibilitam ser (MORAES et al. 2004, p. 78).

Para ampliar a possibilidade de o indivíduo tornar-se um ser flexível e autônomo frente aos desafios de uma sociedade em constante mudança, o professor, ser politicamente

comprometido, deve ter ciência da relevância social oriunda da leitura. Afinal, costumava afirmar Paulo Freire (1982, p. 19) que “não se deve somente imaginar que a mudança do mundo advirá tão-somente da educação, mas certamente sem ela pouco será feito”, sendo assim, não se pode imaginar a transformação na educação sem a leitura e, por conseguinte, sem leitores proficientes.

Os avanços tecnológicos possibilitaram ao ser humano o acesso aos mais diversos tipos de informações, vindo dos mais variados meios de comunicação. Nas sociedades contemporâneas a informação e o conhecimento estão se tornando disponíveis a um número cada vez maior e mais diversificado de pessoas. A Internet, rede mundial de informações que torna o hipertexto acessível a um simples toque de dedos, é a expressão tecnologicamente mais avançada de um processo que há mais de 50 anos vem se instalando em nossa cultura. O avanço da tecnologia da informação vai propiciar uma mudança no paradigma da produção e divulgação do conhecimento.

Nos limiares da atualidade, uma discussão constante se refere à imprescindível pertinência da leitura para o mundo atual. Com o advento da globalização, sobretudo das novas tecnologias da informação e comunicação, urge, pois, a necessidade de o homem estar apto a utilizar uma gama de instrumentos que proporcionem a aquisição de conhecimentos para si mesmo. Por conseguinte, é nesse momento que as habilidades de leitura são acionadas, de modo que possibilite ao educando a dilatação de seus conhecimentos e conseqüentemente, a conquista de sua autonomia intelectual.

Sabe-se da infindável necessidade de se investir na formação de sujeitos-leitores, haja vista que na contemporaneidade tal característica exerce grande influência no tocante ao exercício pleno da cidadania, das práticas sociais de leitura, de possibilidades de ampliação de conhecimento e, de certa forma, melhores condições de vida.

Assim, ao pretender formar leitores proficientes, a escola deve levar em conta o que os educandos trazem consigo, as suas vivências, expectativas, anseios e toda a sua bagagem cultural e a própria maneira peculiar de se expressar, de visualizar a linguagem, uma vez que, é através dela que o homem se reconhece como humano, pois pode se comunicar com outros homens e trocar experiências. No entanto, como garantir que a todos os alunos sejam possibilitadas condições de desenvolvimento dos comportamentos leitores?

Conforme Soares (2003), em nossa cultura grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como intrinsecamente bom. Atribui-se à leitura um valor positivo absoluto: ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade – forma de lazer e prazer, de aquisição de conhecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação. Na verdade, essa interpretação traduz, além de um etnocentrismo, uma perspectiva unilateral: etnocentrismo, porque a leitura é vista com desconfiança, em certas culturas, às vezes utilizado com instrumento de opressão; perspectiva unilateral, porque os valores atribuídos à leitura expressam a visão, numa sociedade de classes, dos grupos que mantêm a posse e o controle dos modos de produção.

A escola pública, sobretudo aquelas em as classes multisseriadas ainda estão presentes, todavia, embora nascendo com o propósito de equalização, cedo se revelou mais um aparelho de dominação das classes populares, traindo o seu objetivo inicial e o resultado disso, quando se analisam as práticas pedagógicas concernentes à alfabetização, à leitura e à formação de leitores, é de considerável o nível de automatismo das mesmas, o que resulta num obstáculo tanto para a formação de sujeitos leitores proficientes, quanto de leitores que o são por prazer.

Essa barreira ao acesso à leitura se concretiza não só por mecanismo de sonegação de material escrito às camadas populares, mas também por mecanismo que impõem a forma de consumo: livros, revistas, jornais para as classes dominantes, livros, revistas, jornais para as



classes populares.

As condições sociais de acesso à leitura, em nossa sociedade capitalista, são diferenciadas e discriminam-se as camadas populares pelo reforço de sua concepção didática da leitura, a que se atribui apenas um valor “de produtividade”, enquanto, para as classes dominantes, supervalorizam-se um discurso escrito que legitima a ideologia das classes dominantes, expropriando as classes dominadas de seu próprio discurso, ou seja, nas escolas é reproduzido o discurso das minorias abastadas em sobreposição às necessidades dos menos favorecidos. E a leitura (ou a impossibilidade de apropriação da mesma) se constitui num aparelho de alienação.

Nesse sentido, é importante que os alunos em processo de alfabetização tenham acesso a cultura letrada, sob pena de se manter as diferenças sociais. Isso quer dizer que, ao se valorizar todas as expressões culturais dominadas, não se estar pretendendo limita-los ao conhecimento já adquirido no grupo. O que se propõem é abrir-lhes o leque de opção de modo a atuar efetivamente na vida social e não apenas como massa de manobra, uma vez que elas passam a ser capazes de jogar com as mesmas armas.

Soares (2003, p. 59) sustenta que a leitura:

[...] é uma interação verbal entre indivíduos, indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros; o outro, seu universo, suas relações com o mundo; entre os dois; enunciação; diálogo?

Sendo a instituição que recebe a incumbência de ensinar a ler, a escola tem interpretado e efetivado esta tarefa de modo mecânico, inerte e autômato. Dota as crianças do instrumento necessário (muitas vezes somente o livro didático) e automatiza seu uso, através de exercícios. Desta maneira, o cerne da leitura nem sempre esclarece para quem é beneficiário dela. Assim sendo, a leitura está em muitos casos, atrelado ao ensino da gramática. A leitura tende então a se confundir com decodificação de palavras escritas.

O importante não é o que leu ou recebeu – é como leu, é o que fez de suas experiências, o que diminuiu a distância que se consuma propor entre leitura e escrita, entre uma postura passiva e outra ativa. A leitura é produzida. Tanto do ponto de vista psicológico quanto sociológico, o texto se descontextualiza e se deixa contextualizar pelo leitor. A leitura é produzida à medida que o leitor interage com o texto.

Não é possível haver leitura sem compreensão. Ler é compreender; sem compreensão não há leitura. Compreender um texto é ter acesso a uma das leituras que ele permite, é buscar um dos sentidos possíveis oferecidos por ele, determinados pela bagagem sociocultural que o leitor traz consigo. Logo, a formação escolar do leitor perpassa pelo crivo cultural no qual essa visão se enquadra. Isso implica dizer que, a posição política do professor assume um caráter de relevância nesse momento.

Dessa maneira, a formação leitora será efetuada a um processo que envolve apreensão, compreensão, inferência e transformação de significados a partir de um registro escrito. O leitor é aqui considerado como um consumidor ativo de mensagens significativas e relevantes.

Do vasto universo da leitura, prioriza-se a geração de influências, um dos inúmeros aspectos que envolvem o ato de ler, porém um aspecto fundamental e decisivo na construção do sentido textual. É certo que um único texto é sustentável à geração de diversas inferências. Restam as dúvidas:

1. Qual a principal razão da ocorrência das compreensões diferenciadas entre leitores?
2. Em que medida a bagagem sociocultural do leitor influencia em sua leitura?
3. Até que ponto as influências têm sido consideradas pelos professores de Língua Portuguesa ao trabalhar com o texto em sala de aula?

Para se chegar a possíveis respostas a essas perguntas é preciso, antes, compreender

melhor o processo inferencial.

Mais uma vez se evidencia o paralelo entre as concepções de metodologia renovadora e de necessidades de exercícios de um papel ativo por parte do professor. Isto não se significa que cabe à metodologia tornar o professor agente; pelo contrário, se esse se deseja participante, ele se encaminha para um posicionamento pedagógico que estipula com meta a emancipação do aluno e dele próprio. Logo, quando se fala em alfabetização, é quase que automática a relação que se faz aos métodos e dispositivos outrora utilizados para fomentar as aprendizagens das crianças.

Ainda que diferentes em suas formas de produção e divulgação, nem as remotas cartas do ABC a que se seguiram às cartas de sílabas, tampouco as cartilhas conseguem escapar às discussões, envolvendo, essencialmente, a questão do método alfabetizador. As vantagens de um método sobre o outro e a importância de se cumprir o tempo de ensino da leitura eram preocupações que se manifestavam muitas vezes nos títulos das cartilhas, ou nas apresentações que delas fazem seus escritores.

Comumente era imaginado que a criança só tinha acesso ao mundo da leitura a partir do momento em que se fazia presente oficialmente numa unidade escolar. Todo o arcabouço linguístico estava fadado à representação através da cartilha, geralmente o instrumento mais usado no período da alfabetização, que limitava a aprendizagem da criança, já que se restringia ao ensino de uma técnica de leitura e a decifração do sistema gráfico e sonoro, pelos métodos tradicionais de ensino.

De acordo com Emília Ferreiro todo este processo como a cópia de textos realizados nos exercícios da cartilha é:

[...] Um dos processos usados para apropriar-se da escrita, mas não é o único (Nem se quer é o mais importante). Aprende-se mais inventando formas e combinações do que copiando, aprende-se mais tentando produzir juntos aos outros uma representação adequada para uma ou várias palavras do que fazendo sozinho, exercícios de listas de palavras ou letras (1995, p. 102).

É necessário e fundamental conhecer os métodos de alfabetização existentes, para facilitar as descobertas da leitura e da escrita pelas crianças, trabalhar somente com cada letra que compõe a palavra não dá conta da infinidade de significações possíveis que ela pode ter, em cada texto de que faça parte. Ao mesmo tempo, se as crianças não forem capazes de decompor a palavra em pequenas partes, não serão capazes de escrevê-la, por exemplo, ou de descobrir como criar novas palavras, a partir de uma que já conhecem.

O método sintético, menos interessante para os alunos, e ainda acreditado e utilizado pela maioria dos professores, toma como ponto de partida as menores partes, que podem ser as letras e seus sons, sílabas ou palavras. Trabalhar com o método sintético com soletração (silabação) pressupõe que o leitor seja capaz de fazer uma confusão e não uma simples justaposição dos sons representados pelas letras. Não é tão simples quanto parece principalmente nas sílabas que fogem ao padrão mais comum nos casos em que o som da letra varia conforme a posição que ocupa. Saber as combinações não resolve o problema. A soletração tem sido criticada porque os alunos concentram-se na decifração das letras em sons que às vezes chegam ao final da leitura sem compreender o sentido da frase ou do texto. Parece que a parte mecânica da leitura torna-se mais importante do que a busca de compreensão, que deve ser o principal objetivo do leitor.

É preciso superar algumas concepções sobre o aprendizado inicial de leitura. A principal delas é a de que ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação. Por conta desta concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de leitores capazes de decodificar qualquer texto, mas com enorme dificuldade para compreender o que tentam ler.

Para realizar um trabalho eficiente, o professor precisa criar sua metodologia de trabalho. A instrução escolar é fundamental para as crianças lerem, escreverem e construir conceitos. Há vários métodos para alfabetizar, com suas características próprias e bem definidas. É preciso que conheçamos os fundamentos de cada um, para a realização de um trabalho consciente.

O conhecimento atualmente disponível a respeito do processo de leitura indica que não se deve ensinar a ler por meio de prática centrada na decodificação. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler usando os procedimentos que os leitores proficientes utilizam. É preciso que antecipem, que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem, que verifiquem suas posições tanto em relação à escrita, propriamente, quanto ao significado.

O método analítico que, em tese, parte do todo e do significado (parte de elementos significativos da língua: Textos, palavras ou frases contextualizadas, ou seja, de elementos maiores da língua e, através da decomposição, chegam aos elementos menores) e assim, leva em consideração o contexto de que as palavras fazem parte de um todo. Percorrer por este caminho é estar falando que é preciso aprender a ler, lendo: de adquirir o conhecimento da correspondência fonográfica, de compreender a natureza e o funcionamento do sistema alfabético, dentro de uma prática mais ampla de leitura.

A discussão que permanece sobre este ou aquele método - o sintético ou analítico, na busca do mais eficiente, não deve nos conduzir a uma opção dicotômica, pela certeza que temos para ler e escrever precisaremos que as operações mentais de análise e de síntese se façam presentes o tempo todo.

Com base nos PCNs, na escola uma prática de leituras intensa é necessária por muitas razões. Ela pode:

- 1 Ampliar a visão de mundo e inserir o leitor na cultura letrada;
- 2 Estimular o desejo de outras leituras;
- 3 Permitir a compreensão do funcionamento comunicativo da escrita: escreve-se para ser lido;
- 4 Expandir o conhecimento a respeito da própria leitura;
- 5 Possibilitar ao leitor compreender a relação que existe entre a fala e a escrita;
- 6 Favorecer a aquisição de velocidade na leitura.

Contudo, a associação que se faz quando se fala em alfabetização, com algumas ideias ou palavras como cartilha, método e aprendizagem das letras, apesar de ser uma associação restrita, é bastante comum. Até mesmo sabendo-se que nenhum método ou cartilha, por si só dá conta de todos os aspectos necessários para que se leia e escreva como concebemos um e outro processo nos dias de hoje. Por conseguinte, é urgente que a escola priorize a noção de leitura como instrumento ímpar na democratização das culturas letradas, do saber elaborado ao longo dos tempos e da democracia.

O domínio e habilidades da leitura são condições essenciais para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo que aponta para uma sociedade de informação onde poucos detêm o poder de se informar. Hoje se sabe que o desenvolvimento da capacidade de ler depende em grande medida, do sentido que a leitura tem para as pessoas.

Dessa forma, verifica-se que o melhor caminho para a formação do leitor é a instauração de uma escola de qualidade para todos, sem o que, qualquer medida paliativa que se fizer posteriormente será sempre insuficiente para que o domínio da palavra e de escrita seja, de fato, um instrumento de libertação e dignidade humana.

A leitura é algo complexo, no entanto de fundamental importância para a vida das pessoas, e, está presente na maioria das nossas atividades cotidianas, pois, dela necessitamos



para dar conta de parte de nossas ações. É assim que a leitura acontece fora da escola: lemos para solucionar problemas práticos, para nos informar, para nos divertir, para estudar, para escrever ou revisar o próprio texto.

No mundo atual o desafio da escola é para que os alunos dominem as informações através da leitura, que estejam preparados para enfrentar a sociedade futura. Portanto, os desafios que se colocam para a escola, espaço privilegiado de desenvolvimento da competência para ler e escrever – não são poucos, pois todas as evidências têm mostrado que essa competência não depende do acesso a certas práticas convencionais de ensino da língua, mas a experiências significativas de utilização da escrita no contexto escolar, tanto em situação de leitura como de produção de textos.

Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura, como disponibilidade de uma biblioteca, onde o acesso ao acervo seja livre por parte dos alunos, organização do planejamento do professor para que se priorizem aulas de leitura e a escola deve criar uma política de formação de leitores.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tomam essa premissa como algo importante. Assim:

[...] se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontem, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendem isso na escola. Principalmente quando os alunos não têm contatos sistemáticos com bons materiais de leitura e com adultos leitores, quando não participarem de práticas onde ler é indispensável, a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitores eficazes. “Cabe as instituições escolares proporcionar aos alunos diversos materiais de apoio que possam desfrutar e avançar com eficácia o seu desenvolvimento na leitura (1998, p. 12).

A cada contato com diversos materiais os alunos têm mais facilidade de compreensão despertando interesse pela leitura. A tarefa é, cada vez mais, criar condições favoráveis para o desenvolvimento de propostas eficazes de formação de verdadeiros usuários da linguagem, o que pressupõe trabalhar com os diferentes textos, tanto em situações de produção como de compreensão. No que se refere à leitura, isso implica um amplo trabalho não apenas com livros, mas com todos os materiais em que a palavra escrita é ferramenta para o acesso à informação, ao entretenimento, à compreensão crítica do mundo.

Sem um trabalho com a diversidade textual, certamente não é possível formar leitores competentes, ou seja, pessoas que, por iniciativa própria, são capazes de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aquelas que podem atender às suas necessidades e que são capazes de utilizar procedimentos adequados para ler.

Para tornar os alunos bons leitores, para desenvolver o gosto e o compromisso com a leitura, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois esse é um aprendizado que requer esforço. E terá de oferecer condições favoráveis para as práticas de leitura – que não se restringem apenas aos recursos materiais disponíveis, pois, na verdade, todas as evidências têm revelado que o uso se faz livros e demais materiais escritos é o aspecto mais determinante para a formação de leitores de fato. Urge, pois, que a escola proporcione ao educando, além de leituras significativas e prazerosas, uma diversidade de gêneros textuais, que possibilitem que o mesmo leia “de um recital público de poesia ao exame privado de listas de preço e horários de ônibus” (SOARES, 2003, p. 103).

Dentro desse contexto, percebe-se a disparidade entre o discurso pedagogicamente aceito e a prática docente, muitas vezes, por não conceber a educação como um processo, alguns professores não respeitam o tempo de leitor dos seus alunos e esquece-se que a construção

demanda esforço, força de vontade e, sobretudo, tempo.

É patente a necessidade de se refletir sobre a prática pedagógica concernente ao ensino da leitura. Logo, nas situações de ensino da leitura, a mediação didática do professor é fundamental: é sua tarefa, pois, mostrar ao educando a importância que, em tal processo, a consideração real da palavra que o outro, no caso o autor, assume, concorde-se com essa palavra ou não. Por um lado, porque as opiniões do outro apresentam possibilidades de análise e reflexão sobre as suas próprias; por outro lado, porque, ao refletir no outro, o que o aluno demonstra é consideração.

A instituição escolar deve, portanto, assumir o compromisso de procurar garantir que a sala de aula seja um espaço onde cada sujeito tenha o direito à leitura – consistente e eficaz – reconhecido como legítimo. Trata-se de instaurar um espaço de reflexão em que seja possibilitado o contato efetivo de diferentes opiniões, onde a divergência seja explicitada e o conflito e também um espaço em que as leituras devam assumir caráter de intenso reforço de identidade pessoal, valorizando as escolhas dos alunos.

No entanto, dentre outras questões a serem atentadas, o fator sócio-econômico também merece destaque. Entre os problemas de nossa cultura, a leitura tem um papel essencial e decisivo para o salto civilizatório que o Brasil vem realizando. Não há nação desenvolvida que não seja uma nação de leitores. Mas, saber ler não é suficiente para ter-se familiaridade ou convívio permanente com a leitura. E, por detrás desta diversidade dos tipos e meios de leituras encontra-se sempre o mesmo objeto, o livro.

Pode-se afirmar que, para a grande maioria dos alunos de classes multisseriadas, o único livro de que têm conhecimento é o escolar, e que terminada a escola, ele deixa de ter qualquer contato com este instrumento fundamental para o desenvolvimento social, político e econômico da nação e dos indivíduos. O livro didático que é praticamente obrigatório e distribuído gratuitamente pelo governo federal constitui a imensa maioria dos livros consumidos em nosso país.

Dessa forma, pelo fato de somente terem se apropriado de um acervo literário pobre, a instituição se vê limitada no que concerne ao trabalho lecto-alfabetizador que se constitua efetivo onde, não é raro encontrar, professores que não dominam a leitura como instrumento de trabalho, não tenham tal hábito (por formação, por condições financeiras, por indisponibilidade de material de boa qualidade etc).

Outrossim, inevitavelmente algumas indagações surgem:

1 É possível que um professor que não tenha o gosto pela leitura consiga despertá-lo nos seus alunos?

2 Hábito da leitura é incentivo, metodologia, dom ou mera sorte?

3 Como a escola pode proporcionar momentos prazerosos de leitura sem didatizá-los?

É válido perceber que, quando o assunto é a leitura pelo e do professor, é impreterível ao mesmo tempo em que se constitua leitor, o conhecimento consistente do objeto (leitura), isso porque

o professor não é um leitor como qualquer outro: ele precisa aprender como se aprende a ler para descobrir como se ensina a ler e não tem outro jeito a não ser observar-se aprendendo a ler. Esse aprendizado baseia-se em sua leitura pessoal, indispensável para ensinar a ler, mas insuficiente se não for uma leitura feita em confronto com a leitura da tradição. (GUEDES, 2006, p. 64).

Importante se faz ressaltar que a mediação do professor, nesse sentido, cumpre o papel fundamental de organizar ações que possibilitem aos alunos o contato crítico e reflexivo com o diferente e o desvelamento dos aspectos implícitos das práticas de leitura, inclusive sobre aspectos não percebidos inicialmente pelo grupo – intenções, valores, preconceitos que veicula, explicitação de mecanismos de desqualificação de posições – presentes nos instrumentos a

serem trabalhados (textos, livros, etc).

Reza um antigo adágio chinês que se quiser colher em curto prazo, que se plantem arbustos; em longo prazo, árvores frutíferas; mas se o desejo for colher durante toda a vida, que se eduquem crianças. No tocante à construção de indivíduos leitores, é indiscutível que os docentes anseiam por alunos críticos, participativos, leitores da palavra e do mundo (FREIRE, 1982, p. 11). No entanto, não promovem atividades que corroborem com tais desejos. A mediação didática é decerto infértil.

Igualmente, é imprescindível que se tenha ciência de que a maioria dos estudantes não gosta ou não tem prazer na leitura livresca e diversos fatores contribuem para essa realidade: carência de material didático, metodologias retrógradas e inadequadas, falta de formação docente. Outro fator preponderante para o aumento do contingente de alunos que não lêem – ou por que não gostam, ou por que não dominam a técnica -, é a indisponibilidade de material, questão enfatizada por Soares (2003 p. 58):

O que ocorre nos países do Terceiro Mundo é que se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhes são dadas as condições para ler e escrever. Não há material impresso à disposição, não há livrarias, o preço dos livros é inacessível, há um número pequeno de bibliotecas.

Ou seja: por mais que se invista na alfabetização, pouco se constata o avanço dos egressos na instituição escolar, uma vez que os mesmos são desprovidos de influência que permitam alcançarem o patamar de leitores proficientes. Como se sabe, nos últimos anos houve um enorme investimento em projetos de formação de professores, mas há, logo, a pertinência de maiores investimentos, sobretudo para os profissionais desse segmento de ensino.

No entanto, saber que todo indivíduo constrói conhecimento, que as propostas de ensino devem ser ajustadas ao nível de desenvolvimento e à realidade dos alunos, que é preciso levar em conta a sua bagagem cultural e o que já sabem, que se aprende melhor em cooperação, que as propostas metodológicas interdisciplinares devem ser interessantes e trabalhadas de maneira significativa, que a escola deve ter um projeto efetivo e coletivo e que é função da escola criar condições para que os alunos desenvolvam diferentes tipos de capacidade não são pressupostos para que o professor e alunos sejam vitoriosos no processo educativo.

Mas, como se sabe, o discurso do avanço não tem o mágico poder de produzir o avanço: só com o tempo e com muito trabalho é que se forjam as transformações mais radicais e de que tanto se almeja. E lentamente – o que é pior no caso de educadores imediatistas ou para os que dependem de tais transformações.

Os tão almejados resultados que os educadores desejam que a sociedade espera e a que têm direito os alunos, mas todos, só poderão ser conquistados com um investimento concentrado e simultâneo na resolução dos diferentes problemas que, direta ou indiretamente, provocam o fracasso escolar – e que não são poucos.

Sob a ótica da formação profissional, isso implica acertar o passo das políticas educacionais e metodologias didático-pedagógicas, uma vez que é utopia crer que as tão sonhadas transformações e conseqüentemente as melhorias da educação advirão tão-somente pela mudança da postura do educador. É fato: a melhoria da educação só será impulsionada quando o sistema educacional, em todas as suas esferas, seja, igualmente, sensibilizado.

É preciso ir além e transcender o ensino didático mecanizado. Deve haver, logo, mais humanização, compromisso, ética e vontade de todos os envolvidos na educação, seja na esfera administrativa, familiar e escolar. Ensinar a ler vai muito além de ensinar a decodificar palavras em um texto. É um processo que deve orientar os alunos no emprego de estratégias de leitura, na busca de construção e reconstrução do significado de um texto.

O leitor utiliza de vários procedimentos e tais procedimentos são empregados pelos leitores quando observam, antecipam, avaliam, interpretam, enfim, ao fazerem a leitura do

mundo que os rodeia. Ler é um ato, pois, que exige esforço mental ativo, portanto, a importância de o professor intervir nesse processo, orientando, incentivando, ensinando novos procedimentos que facilitem a interpretação de um texto.

Ensinar a ler faz parte do conjunto de práticas sociais que constituem o letramento e não é suficiente, pois, decodificar a língua escrita para ser um ser letrado. É necessário apropriar-se de uma nova condição, ou seja, tornar-se usuário dessa língua como leitor e produtor de textos, selecionando o que é de seu interesse de acordo com suas intenções: interagir com o outro, orientar-se, influenciar, informar, instruir-se ou prescrever, entre outros. Expressar-se enfim, quando a comunicação escrita aos diferentes contextos e condição de produção não apenas relacionados ao espaço escolar. Sendo assim, uma das funções do professor é contribuir para colocar seus alunos em estado de letramento, não se limitando, portanto, a ensinar a decodificar e/ou produzir código linguístico.

Um passo importante para isso refere-se à avaliação e ensino de estratégias de alfabetização e de leitura. Avaliar os procedimentos de busca de sentido que os alunos já utilizam e incorporá-los à prática de leitura em sala de aula vem contribuir com o ensino de outros educandos. Assim, o educador alfabetizador estará auxiliando a melhorar também as suas produções escritas, visto que poderá compreender melhor as regularidades próprias da escrita, e, conseqüentemente, colocá-las em prática da construção de seus próprios textos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso texto pretendeu discorrer acerca da importância da mediação pedagógica para a formação de leitores proficiente, considerando a significativa contribuição dos estudos em língua materna para a aprendizagem dos estudantes, bem como para o exercício pleno da cidadania. Acreditamos que as estratégias de alfabetização e de leitura se configuram como propostas de questões mais subjetivas com a intenção de captar as primeiras emoções e ideias que um texto desperta no leitor, dando condições aos educandos de expor seus pontos de vista, seus sentimentos, sua maneira particular de ver e entender o mundo.

Como se percebe, o trabalho com a leitura tem um destaque muito especial: proporcionar a chance de entrar em contato com uma diversidade de textos autênticos, interessantes, de variados gêneros com o objetivo de formar um leitor competente, de despertar o gosto pela leitura e pesquisar dentro da prática de leitura.

Finalmente, deve-se atentar para a prática pedagógica concernente à leitura e a alfabetização não somente como responsabilidade do professor, mas uma responsabilidade social, com políticas públicas voltadas para a proficiência da leitura: como mola propulsora do exercício pleno da cidadania. Após um trabalho consistente e efetivo, uma mediação didática potente e consistente, embasada nos pilares éticos, estéticos e acadêmicos, será alcançada paulatina e concomitantemente.

Dessa maneira, tal mediação pedagógica vai servir não somente como mecanismo de aquisição de conhecimento socialmente elaborado, mas como um instrumento vivo e eficaz, que serve como potencialização e exercício da cidadania, e que deve estar a serviço de todas as crianças.

### REFERÊNCIAS:

- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1990.
- BRASIL, **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.
- COUTO, E. S. et al.(2009). Da cultura de massa às interfaces na era digital. **Revista**

**entreideias**: educação, cultura e sociedade, n. 14, 2008. Disponível em:  
<<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3216/2657>>. Acesso em: 30 set. 2018.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: um tema em três artigos**. 44. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

MORAES et al. Sociologia. In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – SEB, Departamento de Políticas de Ensino Médio. **Orientações Curriculares do Ensino Médio**. Brasília, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.